

Língua Portuguesa e BNCC: um olhar crítico sobre a rotina escolar como orientação ao professor

Portuguese language and BNCC: a critical look about a scholar routine as orientations to the teacher

Carlos Eduardo F. da Cruz
Jean Luis Sousa Caetano Silva
Eduarda Ferreira Arruda
Instituto Federal do Ceará (IFC)
Camocim-Brasil

Resumo

O Conselho Nacional de Educação (CNE) instituiu e orientou, em 2017, o estabelecimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Desde então, redes de ensino estaduais e municipais iniciaram o processo de adaptação nos currículos. Considerando que a BNCC permite aos sistemas de ensino adaptarem seus currículos às realidades locais, propomo-nos examinar como um município do estado do Ceará vem realizando esses ajustes, especificamente no ensino de Língua Portuguesa do ensino fundamental II, por meio da sua rotina escolar entregue aos professores mensalmente. Partindo das reflexões do regime neoliberal e sua relação com a educação (GERALDI, 2015; FREITAS, 2018; DEMO, 2015; APPLE, 2005), utilizamos como metodologia a abordagem qualitativa do tipo documental. Os resultados apontam que as rotinas escolares apresentam uma preocupação maior em orientar o docente a preparar os estudantes para provas de larga escala em detrimento de uma experiência educacional cidadã.

Palavras-chave: Língua Portuguesa; BNCC; Rotina escolar.

Abstract

National Education Board (CNE), institute and oriented, in 2017, the establishment of the National Common Curricular Base (BNCC). Since then, a state and municipal education chain started the process of adaptation in the curriculum. Considering that BNCC permits to the teaching systems to adapt their curriculums in agreement of local realities, we propose to examine the manner of a city from state of Ceará is performing those adjustment, especially in Portuguese language teaching in elementary school (in their final years), by means of your school routine delivered to the teachers, once in a month. With an exploratory objective, we have used as methodology a qualitative approach, in an interpretive epistemology of documental analyses type. The results indicate that those school routines show a greater concern in guiding teachers to prepare students for large scale tests than in educating them with educational citizen experience.

Keywords: Portuguese Language; BNCC; School routine.

Língua Portuguesa e BNCC: um olhar crítico sobre a rotina escolar como orientação ao professor

1. Introdução

Não é de hoje que o governo federal vem por meio de documentos oficiais norteando o trabalho das escolas brasileiras. Desde a década de 80 do século passado, legislações são formuladas para alcançar esse intuito. No momento presente, cumprindo esse papel balizador educacional, temos a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2019), que é um documento normativo que visa estabelecer um conjunto de aprendizagens que os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades de educação.

Definida na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a BNCC é um projeto educacional que foi precedido pelo Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997); no entanto, desde a Constituição de 1988 ela é prevista. A Língua Portuguesa, especificamente, é alvo privilegiado dessas normativas, uma vez que testes padronizados de larga escala focam a medição dos conhecimentos dos estudantes dessa área do saber. Estudos prévios buscaram mostrar as modificações que a base nacional vem ocasionando no ensino de Língua Portuguesa (LISKA; RIBEIRO, 2017; DOMINGOS, 2019; GUEDES *et al.*, 2019); contudo, carecem estudos que relacionem o ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa com o projeto neoliberal de educação (GERALDI, 2015).

Em 2022, todas as escolas municipais já deveriam – em tese – estar com o novo currículo em vigor. Dessa forma, julgamos relevante compreender como um município do estado do Ceará – que é conhecido por ter uma das melhores e mais bem avaliadas escolas públicas do país – se alinha (ou não) às orientações da BNCC no que tange ao ensino de língua portuguesa nas escolas; de forma específica, analisamos as rotinas escolares entregues mensalmente aos professores do 7º ano do ensino fundamental a fim de compreender com mais profundidade as orientações expressas aos docentes.

Realizamos uma pesquisa de cunho qualitativo, de perspectiva interpretativista, tomando as rotinas escolares como *corpus* desta pesquisa. Para atender ao objetivo proposto, este artigo está subdividido em três seções: desenvolvimento teórico, percurso metodológico e análise da rotina escolar do 7º ano elaborada pela secretaria de educação de um município cearense¹.

2. Desenvolvimento teórico

2.1 Ensino de língua portuguesa na BNCC

O ensino de língua portuguesa em nosso país deu uma virada enunciativa nos anos 90 com os Parâmetros Curriculares Nacionais, mais conhecidos como PCNs (BRASIL, 1997). Os estudos linguísticos da enunciação apontaram diversos caminhos para além da identificação das nomenclaturas gramaticais tão comum na escola brasileira (ANTUNES, 2003). O trabalho dos professores com a linguagem em sala de aula ganhou uma nova compreensão uma vez que os gêneros discursivos provenientes do uso social da língua nos mais diversos âmbitos passaram a ser considerados.

De fato, é possível afirmar que ocorreu uma revolução, do ponto de vista documental, na compreensão de como deveria ser o trabalho com a língua na escola. Não obstante, como observa Costa (2019), essa revolução não aconteceu na prática nas aulas de língua, porque, em geral, a concepção de linguagem enquanto interlocução e de aprendizagem enquanto cognição situada não foram alteradas. Nesse sentido, a mudança aconteceu muito mais nos documentos do que realmente em sala de aula, visto que o diálogo e a reflexão, entre os mais diferentes segmentos escolares sobre as práticas pedagógicas, foram sufocados pela mudança que o sistema educacional brasileiro passou na década de 90 sob à égide da visão neoliberal de educação.

Geraldi (2015) destaca que, antes da imposição de uma matriz curricular pelo governo federal, as secretarias articulavam com docentes, comunidade escolar e meio acadêmico uma forma de pensar a educação de forma situada nos estados. A troca profícua de conhecimentos entre os diversos atores da comunidade escolar foi interrompida; em seu lugar, um grupo de consultores, técnicos, especialistas em assessorar políticas educacionais passaram a atuar de forma massiva, estando presente até os dias atuais nas mais diversas secretarias de educação em nosso país (FREITAS, 2018).

O que vemos na BNCC, no que tange ao ensino de Língua Portuguesa, não é algo diferente do que os PCNs já orientavam. Geraldi (2015) destaca que a base manteve as concepções de linguagem e subjetividade assumidas pelos PCNs. A novidade, segundo o autor, é que ela especifica as diferentes práticas de linguagem nos mais diversos campos de atuação; por outro lado, ele esclarece que esse trabalho se torna inviável pelo fato de exigir uma grande variedade de gêneros textuais, impossibilitando práticas autênticas de

Língua Portuguesa e BNCC: um olhar crítico sobre a rotina escolar como orientação ao professor

aprendizado, uma vez que tais gêneros "[...] passam a ser simulacro em sala de aula [...]" (GERALDI, 2015, p. 392).

Desse modo, na prática, não há nenhuma novidade significativa na base, uma vez que o instrucionismo (DEMO, 2015; INGOLD, 2020) acaba prevalecendo nos currículos escolares, porque o foco não está na vivência autêntica da linguagem, nas práticas concretas de letramentos; mas, tão somente na exigência de ler, falar e produzir textos de forma escolarizada atendendo as habilidades exigidas no mercado de trabalho. Nesse sentido, os testes de larga escala cumprem a função de mensurar tais habilidades. Diante desse quadro, urge sondar a genealogia dessa proposta educacional pautada no aspecto econômico.

2.2 Vida como custo-benefício, educação como mercadoria

Com o intuito de compreender como a escola do século XX chegou a ponto de exigir simplesmente que seus estudantes tirem notas altas em testes de larga escala, Spring (2018) foi em busca dos primórdios do neoliberalismo econômico forjado nos EUA e na Europa. Segundo o pesquisador, é na Escola de Chicago onde tudo se inicia. Na década de 50 do século passado, economistas como Milton Friedman, Theodore Schultz, James Heckman, James Coleman dentre outros associaram as ideias de capital humano e da aplicação da economia de livre mercado à educação pública. Desde então, o ensino nas escolas, paulatinamente, passou a ter a marca do pensamento neoliberal; em outros termos, a educação passou ao que é denominado de economização:

envolvimento crescente dos economistas na pesquisa da educação, na avaliação da eficiência de escolas e da vida familiar seguindo análises de custo-benefício, e na promoção da concorrência entre as escolas em um ambiente competitivo. (SPRING, 2018, p. 14)

Ademais, Spring (2018) mostra como as aplicações dos princípios de mercado marcou profundamente o discurso. Hoje em dia, por exemplo, é comum o emprego de palavras que são próprias do ambiente corporativo no meio educacional, a saber: competição, livre concorrência, investimento, escolha do consumidor, competências, habilidades, foco, metas dentre outras.

Para a Escola de Chicago, a educação, seguindo os parâmetros do sistema econômico, proporcionaria o seguinte: crescimento econômico, aumento de produtividade, aumento salarial, diminuição da desigualdade econômica e erradicação da

pobreza. Por conseguinte, o desenvolvimento do capital econômico, com vista ao crescimento da economia, à produtividade e à competição, levaria ao progresso técnico, tecnológico, científico e social das nações.

Em suma, a tese defendida por essa escola é: quanto mais se pensa do ponto de vista econômico, mais evoluído educacionalmente são as pessoas e, por conseguinte, as nações. Sendo assim, todos os países devem investir no capital humano se quiserem progredir. Essa forma de vida neoliberal sobre a educação acabou, segundo Spring (2018), sobrepondo-se a outros objetivos educacionais – a nosso ver, certamente mais relevantes à vida comunitária – como justiça social, cuidado com o meio ambiente, participação política e consciência cidadã.

Um outro conceito que vai aprofundar a ideia de economização é o de escolha racional, que consiste na compreensão da vida em termos meramente financeiros. Todas as pessoas devem agir baseando-se na relação de custo e benefício. Por ser uma perspectiva individualista do ser humano, ela tem o total desprezo pelos contextos sociais, políticos, educacionais e históricos. Embora os economistas tenham tentado dar um ar de neutralidade ao conceito de escolha racional, é nítido que ela não tem nada de neutra, pois apaga as idiosincrasias de cada população, além de ignorar os seus problemas e as suas complexidades.

Com esse raciocínio, os economistas insistiram na necessidade de investir no desenvolvimento das habilidades dos estudantes para que no futuro colocassem em prática no mercado de trabalho. Três habilidades técnicas de início são requeridas: leitura, escrita e matemática. Desse modo, as escolas passaram a ser um anexo ao sistema econômico internacional, uma vez que elas seriam o melhor ambiente preparatório dos futuros trabalhadores para o mercado de trabalho.

Tendo em vista o aumento da produtividade e o crescimento econômico, os EUA e os países europeus, em especial, resolveram mensurar as habilidades dos estudantes e a qualidade da educação por meio de testes de larga escala. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), responsável pelo Programa Internacional para Avaliação de Estudantes (PISA), com base no resultado desse teste, passou a qualificar o capital humano e a economia das nações.

Fortemente influenciada pela Escola de Chicago, a OCDE não mediu esforços em disseminar, por meio do PISA, a importância de todos os países enquadrarem seus

Língua Portuguesa e BNCC: um olhar crítico sobre a rotina escolar como orientação ao professor

estudantes nas habilidades pretensamente universais requeridas pelo mercado de trabalho, em particular: ler, escrever e contar, fundamentais para o aumento da produtividade do trabalhador. Spring (2018) destaca que, ao lado da OCDE, o Banco Mundial e o Fórum Econômico Mundial fomentam mundo afora o ensino baseado em habilidades, fazendo com que vários países elaborem currículos para a apreensão de determinadas habilidades a fim de moldar as pessoas para trabalharem nas grandes corporações.

A preocupação em desenvolver habilidades, em nosso caso específico, de leitura e escrita, tem gerado na educação brasileira uma competição desenfreada entre escolas, professores, municípios e estados². Seguindo o exemplo da cidade de Sobral, que tem um elevado índice nos testes de larga escala, diversos municípios cearenses vêm se empenhando em atingir um padrão de notas altas, o que não significa proporcionar educação para cidadania, justiça social, direitos humanos e não humanos, respeito à diversidade ambiental, por exemplo.

A empreitada da economização e do capital humano sobre a educação mundial chegou nos dias atuais como uma reforma empresarial na educação. A finalidade é a mesma: incentivar a competição entre escolas e professores, destacar a relação de custo e benefício na educação, privatizar as escolas públicas, terceirizar a gestão escolar, culpabilizar os professores pelo insucesso escolar. Nesse sentido, cabe entender melhor como contemporaneamente esse movimento empresarial ganha forma e função nas práticas educacionais.

2.3 Reforma da educação: quando a escola vira uma empresa

No regime neoliberal, a vida deve se basear no funcionamento de uma empresa privada. Ser produtivo, portanto, é a meta de cada pessoa. É nesse cenário que a educação em nível mundial ganha atenção dos agentes econômicos. Freitas (2018) mostra duas frentes que a reforma empresarial tem dado destaque para privatizar aos poucos a escola pública. Uma delas diz respeito à padronização curricular, acompanhada pela avaliação do desempenho estudantil por meio de testes e responsabilização verticalizada dos agentes escolares; a outra frente busca minar o exercício da docência.

A BNCC (BRASIL, 2019) é um documento que vai ao encontro dessa primeira frente. Inspirada na base estadunidense, *Common Core*, a BNCC orienta o desenvolvimento de

habilidades, e não de conteúdos, tendo como objetivo preparar alunos para atuação profissional no mercado de trabalho, uma vez que o currículo prioriza a execução de atividades. Nos EUA a implementação da base acabou não atingindo o seu principal objetivo, que era tornar alunos proficientes em língua inglesa, matemática e artes. Mesmo com toda mudança curricular e novos métodos de ensino, o resultado foi ineficaz (RAVITCH, 2011).

Por outro lado, de acordo com Freitas (2018), a ideologia da reforma de mensurar todo o processo educacional por meio de testes de larga escala e responsabilizar o professor pelo fracasso escolar do aluno permaneceu, tendo como consequência a precarização do trabalho docente. Para ilustrar essa precarização do exercício da docência, Freitas (2018) destaca as problemáticas tentativas de padronização do processo formativo dos professores, os programas alternativos (curtos e flexíveis) em comparação com a formação convencional e a uniformização da prática a partir da Base Nacional.

Ademais, a reforma empresarial visa sobretudo a privatização do ensino, o que possibilitou surgir, por exemplo, plataformas que se vendem como “inovadoras”; entretanto, tais produtos são mais focados na quantidade do que na qualidade do serviço ofertado. Freitas (2018) cita as escolas *charters* nos EUA, que são um triste exemplo da sobrecarga destinada aos professores, que chegam a atender simultaneamente mais de 300 alunos.

A política educacional de base neoliberalista é responsável por fortalecer a ideia de “bonificação”, pois sendo uma ideologia ligada à lógica do mercado é, por sua vez, apoiada em resultados. Para os entusiastas dessa visão, os bônus seriam uma forma de reforço positivo e assim influenciariam a conquista de um desempenho satisfatório nos testes padronizados aplicados nos alunos.

Como se pode ver, o objetivo das corporações com a educação é transformá-la em um negócio, supervalorizando a iniciativa privada e minando a presença da escola pública, por conseguinte da cidadania. O que se viu, após o avanço da iniciativa privada, foi a proliferação de instituições de ensino prometendo resultados titânicos baseados em modelos pretensamente inovadores. Atrelado a isso, o crescimento e a influência de empresas de consultoria educacional têm mostrado que educação pautada no bem comum e na justiça social não tem vez nem voz na atualidade. É com base nesse cenário que

Língua Portuguesa e BNCC: um olhar crítico sobre a rotina escolar como orientação ao professor

buscamos analisar como uma escola do município cearense tem orientado os professores por meio da rotina escolar de Língua Portuguesa no cotidiano das escolas.

3. Cenário da pesquisa e questões metodológicas

Os dados analisados neste estudo foram extraídos de um documento denominado rotina escolar, que é entregue aos professores do ensino fundamental II pela secretaria de educação de um município do estado do Ceará. As rotinas escolares foram coletadas entre os meses de janeiro e setembro de 2022. Sua estrutura é composta por quatro seções, a saber: orientações didáticas para o(a) professor(a); orientações paradidáticas ao professor; descrição do componente curricular do mês e orientações das atividades semanais.

Essas rotinas, que são enviadas aos professores mensalmente, constituem-se como um guia ao professor com orientações baseadas especialmente nas Orientações Curriculares Prioritárias do Ceará (CEARÁ, 2019), mas também, segundo informação que consta na rotina, em outros documentos referenciais pedagógicos. A BNCC não é mencionada diretamente; porém, ela está presente nos documentos de referência uma vez que foram construídas à luz da BNCC.

Desse modo, a partir da relação entre neoliberalismo e educação, especificamente educação linguística voltado para o ensino de português, realizamos uma análise de conteúdo dos documentos elaborados pela secretaria de educação do município.

4. Análise da rotina escolar de língua portuguesa

Conforme foi dito, a rotina escolar é composta por quatro seções que visam orientar o trabalho do professor em sala de aula. Vejamos, então, cada uma delas.

a) Orientações didáticas para o(a) professor(a)

Sempre na abertura da rotina escolar do mês, a secretaria dá uma orientação geral de como o professor deve trabalhar nas aulas de Língua Portuguesa. Vejamos no quadro 1 a seguir essas orientações didáticas.

Quadro 1 – Orientações didáticas

LÍNGUA PORTUGUESA - 7º Ano**ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS**

- Ao ministrar aula pautada na leitura, faça a exploração do texto por meio de estratégias como: inferências, leitura comentada e pausada, questionamentos sobre a característica, finalidade do texto, os elementos verbais e não verbais dos gêneros semióticos;
- Discuta sobre as respostas dadas pelo estudante, que percurso mental ele usou ao resolver as atividades;
- Antes de iniciar uma nova aula, retome os assuntos e dicas da aula passada;
- Customize se necessário alguma das atividades sugeridas, sem descaracterizar o objetivo da aula;
- Promova espaços de discussões sobre os temas lidos a fim de ampliar a leitura crítica dos alunos.
- Faça constantemente a checagem das atividades realizadas ou encaminhadas à turma, propondo a discussão necessária para as intervenções proporcionais as dúvidas apresentadas.
- Solicite dos alunos apenas as respostas das atividades propostas.

Atenção prezados professores!

Nesse mês daremos continuidade ao Projeto Avalia Brasil, como também iremos inserir a temática: Prevenção ao uso do álcool, tabaco e outras drogas.

Fonte: Rotina escolar elaborada pela SME de um município cearense (05/2022)

A primeira e mais extensa orientação diz respeito ao trabalho com a leitura. Para que seja didaticamente adequada, o professor, segundo o documento, deve explorar o texto por meio de estratégias variadas. O segundo ponto trata da discussão do professor com os alunos sobre as respostas às questões realizadas em sala. Ademais, sugere que o docente observe o percurso mental dos estudantes; porém, não fica claro ao docente como efetuar esse percurso feito pelos alunos durante a elaboração de suas respostas.

Uma das orientações que mais chamou atenção foi a quarta, na qual o professor pode até fazer algum tipo de adaptação nas atividades, entretanto o objetivo da aula não pode ser alterado. Constata-se que nesse ponto há um indício de uniformização do currículo e do trabalho docente; segundo Freitas (2018; 2014), esse tipo de ação é uma marca deixada pela BNCC como forma de guiar o trabalho do docente a fim de responder às competências e habilidades padronizadas na base. Fugir ao conteúdo seria não contemplar os objetos de aprendizagem para alunos de determinada série específica, que logo, logo serão cobrados nos testes de larga escala.

É perceptível, portanto, a busca pelo adestramento dos alunos a adquirirem habilidades, não havendo uma preocupação mais ampla em educar, mas somente em aprender conhecimentos específicos julgados essenciais pela base. Prova disso, é a limitação do aprendizado em responder questionamentos nos livros, vejamos dois exemplos: primeiro, a fim de não perder tempo copiando as perguntas, os alunos devem registrar somente as respostas; segundo, com o propósito de fixar as informações passadas na aula anterior, o docente deve revisar e dar dicas das aulas anteriores.

Língua Portuguesa e BNCC: um olhar crítico sobre a rotina escolar como orientação ao professor

O quinto ponto trata da leitura crítica, a recomendação de criar espaços de discussões pelo professor não está clara: promover espaços quer dizer realizar atividades de leitura crítica extraclasse ou somente reservar momento da aula para debater determinados temas a partir da leitura de textos? Quais temas? Como escolhê-los?

Para concluir, a última orientação diz respeito à checagem das atividades realizadas em sala. Considerando que o objetivo da aula de Língua Portuguesa é fazer o estudante aprender determinada habilidade, resta ao docente avaliar a aprendizagem se baseando simplesmente nos exercícios feitos dentro e fora de sala. Tal prática de avaliação escolarizada se resume, pois, a um “ridículo treino de alunos para os testes”, como bem aponta Pacheco (2019, p. 17) ao argumentar que tais práticas comprometem a boa qualidade da educação.

Ao final das orientações, o professor é lembrado que o “Projeto Avalia Brasil” não parou, será continuado. Esse projeto tem como objetivo preparar os alunos para as avaliações em larga escala. Geralmente as prefeituras compram material didático com foco no ensino dos descritores presentes nas avaliações em larga escala para os estudantes do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental para que estudantes se sintam preparados para responderem as várias questões de múltipla escolha presentes nas avaliações escolares, estaduais e nacionais.

Em suma, como foi possível observar, as orientações gerais dadas aos docentes se destinam a guiá-lo para preparar os alunos à aquisição de competências e habilidades que dizem respeito à leitura especialmente. O trabalho com a língua, portanto, tende a se limitar à prática de exercícios e a aulas expositivas – e repetitivas – com dicas e simulados para treinar o aluno. Desse modo, argumentamos que essas orientações estão no âmbito do ensino instrucional (DEMO, 2015; COSTA, 2019; INGOLD, 2020) com vistas aos princípios do mercado e das grandes corporações (SPRING, 2018; LAVAL, 2019), e não da educação (FREIRE, 1996; MESZÁROS, 2008; PACHECO, 2019).

b) Orientações paradidáticas ao professor

As orientações paradidáticas aparecem na rotina logo após as orientações didáticas. De forma aleatória e sem nenhuma contextualização dos dados, não há nelas uma explicação de como realizar tais ações.

Figura 1 – Orientações paradidáticas ao professor

Fonte: Rotina escolar elaborada pela SME de um município cearense (05/2022)

É possível afirmar que o quadro está em completa sintonia com a reforma empresarial da educação (APPLE, 2005; FREITAS, 2018) e com o sujeito empreendedor de si (DARDOT; LAVAL, 2016). Considerando que o professor é uma peça importante enquanto formador de futuros trabalhadores, ele precisa ser orientado de como deve se comportar não somente dentro da escola, mas também fora dela para que possa se manter produtivo, focado, saudável para atender as demandas. Em outras palavras, o professor deve ser conduzido, de modo sutil especialmente, a se comportar como uma empresa.

No quadro há oito procedimentos que o professor deve adotar para ser um profissional produtivo. Começando da esquerda para a direita, elencamos como primeiro comportamento a ser adotado a escolha de um local adequado, simbolizado pela natureza. O segundo orienta o professor a se desligar das distrações das redes sociais, algo tão comum atualmente. O terceiro e quarto pontos recomendam a auto-organização e o planejamento para realizar o trabalho eficazmente. O seguinte alerta o docente para não acumular trabalho, algo ruim para alguém que é exigido a ser multitarefa na escola e na vida. As três últimas dicas dizem respeito às atividades extraclasse como dormir bem, praticar esportes e tirar tempo para lazer. Com base nessas recomendações da secretaria de educação, constatamos, assim, que a razão neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016; HAN, 2020) tomou conta das orientações do ensino público deste município.

De acordo com Freitas (2018a), o empresariado não almeja fazer uma mudança brusca nos agentes nem na rotina escolar; a reforma empresarial na educação visa a fomentar paulatinamente ideias, visões, conceitos provenientes do meio corporativo para dar um status técnico e imparcial às questões educacionais. O aconselhamento dado ao professor visa qualificar sua performance para aumentar sua produtividade, prática

Língua Portuguesa e BNCC: um olhar crítico sobre a rotina escolar como orientação ao professor

corriqueira do ambiente corporativo. Isso, por exemplo, reforça o aspecto individualizante que a visão mercantilizada da educação imprime ao responsabilizar o professor pelas possíveis não conquistas da sua turma diante das avaliações (FREITAS, 2014).

Portanto, por meio das imagens, aparentemente inocentes, o professor é incentivado a assimilar uma cultura corporativa tão nefasta ao ambiente educacional, lugar onde deveria primar não pela competitividade, mas pela ajuda mútua, compartilhada entre os atores sociais da comunidade escolar. Na imagem, não há presença do trabalho coletivo, sua finalidade é tão somente potencializar o trabalho do professor para que ele tenha mais energia e disposição para realizar produtiva e repetidamente o seu trabalho de preparador de alunos para testes de larga escala. Desse modo, a psicopolítica neoliberal (HAN, 2020) está entranhada sutilmente nessas práticas envoltas de desenhos aparentemente ingênuos e infantis.

c) Descrição do componente curricular do mês

O componente curricular do mês é dividido em quatro partes e recebe esse formato tendo como fundamento a BNCC (BRASIL, 2017) e a DCRC (CEARÁ, 2019), são eles: campo de atuação, objeto de conhecimento, objetos específicos e habilidade.

Quadro 2 – Descrição do componente curricular do mês

Campo de atuação	Objeto de Conhecimento	Objetos específicos	Habilidade
Artístico Literário Capítulo: 5 – Gênero: TEXTO TEATRAL: a arte de ser o outro	Reconstrução da textualidade Efeitos de sentidos provocados pelos usos de recursos linguísticos e multissemióticos	Identificação, em texto dramático, de personagem, de ato, de cena, de fala e identificações cênicas e da organização do texto: enredo, conflitos, ideias principais, pontos de vista, universos de referência.	(EF67LP29) Identificar, em texto dramático, personagem, ato, cena, fala e indicações cênicas e a organização do texto: enredo, conflitos, ideias principais, pontos de vista, universos de referência.
	Reconstrução das condições de produção, circulação e recepção e Apreciação e réplica	Participação de práticas de compartilhamento de leitura/recepção de obras literárias/ manifestações artísticas, como rodas de leitura, clubes de leitura, eventos de contação de histórias, de leituras dramáticas de apresentações teatrais, musicais e de filmes, cineclubes, festivais de vídeo, saraus, slams, canais de booktubers, redes sociais temáticas (de leitores, de cinéfilos, de música etc.), dentre outros, tecendo, quando possível, comentários de ordem estética e afetiva e justificando suas apreciações, escrevendo comentários e resenhas para jornais, blogs e redes sociais e utilizando formas de expressão de culturas juvenis, tais como, vídeos e podcasts culturais (literatura, cinema, teatro, música), playlists comentadas, fanzines, e-zines, fanvídeos, fanclipes, posts em fanpages, trailers honestos, vídeo-minuto, dentre outras possibilidades de práticas de apreciação e de manifestação da cultura de fãs.	(EF69LP46) Participar de práticas de compartilhamento de leitura/recepção de obras literárias/ manifestações artísticas, como rodas de leitura, clubes de leitura, eventos de contação de histórias, de leituras dramáticas, de apresentações teatrais, musicais e de filmes, cineclubes, festivais de vídeo, saraus, slams, canais de booktubers, redes sociais temáticas (de leitores, de cinéfilos, de música etc.), dentre outros, tecendo, quando possível, comentários de ordem estética e afetiva e justificando suas apreciações, escrevendo comentários e resenhas para jornais, blogs e redes sociais e utilizando formas de expressão de culturas juvenis, tais como, vídeos e podcasts culturais (literatura, cinema, teatro, música), playlists comentadas, fanzines, e-zines, fanvídeos, fanclipes, posts em fanpages, trailers honestos, vídeo-minuto, dentre outras possibilidades de práticas de apreciação e de manifestação da cultura de fãs.

Campo de atuação	Objeto de Conhecimento	Objetos específicos	Habilidade
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO	Morfossintaxe	Identificação, em textos lidos ou de produção própria, de advérbios e locuções adverbiais que ampliam o sentido do verbo núcleo da oração	(EF07LP09) Identificar, em textos lidos ou de produção própria, advérbios e locuções adverbiais que ampliam o sentido do verbo núcleo da oração.
	Modalização	Identificação, em textos, dos efeitos de sentido do uso de estratégias de modalização e argumentatividade.	(EF07LP14) Identificar, em textos, os efeitos de sentido do uso de estratégias de modalização e argumentatividade.

Fonte: Rotina escolar elaborada pela SME de um município cearense (05/2022)

De início, temos o campo de atuação artístico literário, que, no mês em questão, dá ênfase ao gênero texto teatral, que corresponde ao capítulo 5 do livro didático disponibilizado pela escola aos alunos do 7º ano. A segunda parte trata do objeto de conhecimento, que é composto pelos efeitos de sentido presente no texto teatral por meio de recursos linguísticos e multissemióticos, atentando para a morfossintaxe e a modalização.

Os objetos específicos, por sua vez, compõem a terceira parte. Eles tratam de identificar as características superficiais do texto teatral, assim como a participar de práticas de leitura de textos e apresentações teatrais; ademais, busca identificar no texto em questão a categoria gramatical “advérbio”, bem reconhecer os efeitos de sentido do seu uso. Por fim, a última seção refere-se à habilidade, que se resume, em três delas, identificar nos textos os fenômenos linguísticos em questão. Vale destacar que somente uma delas toca na participação de práticas reais de uso do texto teatral, seja em leitura ou encenação.

Essa descrição aqui feita é importante para confrontarmos com o que vai aparecer na subseção a seguir que se ocupa em explicar como as atividades semanais devem ser conduzidas em sala.

d) Orientações das atividades semanais

A última parte da rotina de Língua Portuguesa é uma espécie de agenda semanal que o professor deve seguir para dar conta das habilidades preconizadas no componente curricular do mês. Ela é composta por cinco partes, correspondente as cinco semanas do mês de maio, vejamos a seguir.

Língua Portuguesa e BNCC: um olhar crítico sobre a rotina escolar como orientação ao professor

Quadro 3 – Orientações das atividades semanais

SEMANA 01 (02/05 a 06/05)	
<ul style="list-style-type: none">• Inicie a aula seguindo as orientações metodológica da pág. 152• Introdução do assunto " TEXTO TEATRAL: a arte de ser o outro" da pág. 152• Estudo do texto – Leitura 1 " O dragão Verde" (pág. 152 a 153);• Desvendando o texto (pág. 154);• Como funciona um texto teatral (pág.155); <p>Observação! Oriente os estudantes a escrever no caderno somente as respostas.</p> <ul style="list-style-type: none">• Realize a correção das atividades!	Bom trabalho!
SEMANA 02 (09/05 a 13/05)	
<ul style="list-style-type: none">• Explore o MAIS DA LÍNGUA mas antes veja o que diz o autor sobre o assunto "Advérbio" das páginas: 166 a 168 em cada atividade, aprofunde e envolva os alunos nas discussões etc.• Professor(a), nessa semana iremos trabalhar A Temática: "Promoção das práticas Corporais da atividade física e do lazer nas escolas." essa ação faz parte dos temas integradores associada ABNCC/DCRC a serem desenvolvidos com os alunos na rede pública municipal. Para auxiliar nesse trabalho propõe-se que seja exploradas as questões dos Blocos de atividades 1 e Blocos de atividades 2 presentes no material REDESCOBRINDO todo dia do MAIS PAIC, material elaborado visando a aquisição e aprofundamento das habilidades basilares necessárias ao ano letivo vigente.• Dentre as atividades realizadas é importante promover palestras (atividade prática)com profissionais da área (educador físico, saúde)etc. <p>Atenção! No decorrer da aplicação das atividades referente a temática em estudo, é importante que seja feito os registros fotográficos, registro escrito, vídeos,portfólio pedagógico etc.Envia para SME.</p> <ul style="list-style-type: none">• Professor(a), não esqueça de solicitar aos alunos o registro no caderno somente das respostas.• Realize sempre a correção das atividades propostas.	Bom trabalho!
SEMANA 03 (16/05 a 20/05)	
<ul style="list-style-type: none">• Dê continuidade o conteúdo sobre os advérbios agora da página 169 a 173.• Professor(a), procure selecionar as questões que você considerar de maior relevância para os alunos, tendo em vista o tempo de aula.• Dê sequência a aula com o PROJETO AVALIA BRASIL AULA 3: TÓPICO I- PROCEDIMENTO DE LEITURA (páginas: 31 a 34)• Professor(a), explore bem a atividade em seguida aplique a atividade de escrita e encaminhe para casa o FIXANDO contido nas páginas: 35 e 36. <p>(D4- Inferir uma informação implícita em um texto)</p>	Bom trabalho!
SEMANA 04 (23/05 a 27/05)	
<ul style="list-style-type: none">• Professor(a), se for necessário reforce um pouco mais o assunto referente a advérbios em seguida continue com o projeto AVALIA BRASIL AULA 4: TÓPICO I- PROCEDIMENTO DE LEITURA• Explore bem o conteúdo da página: 39 a 43, seguido da atividade de escrita e encaminhe para casa o FIXANDO da página 43 a 44. <p>(D6 – Identificar o tema de um texto)</p>	Bom trabalho!
SEMANA 05 (30/05 a 31/05)	
<p>Atenção prezado(a) professor(a)! : Aproveite esse dia para reforçar conteúdos, aplicar trabalho, avaliação que julgar necessário para o aprimoramento do aluno. Fica a seu critério.</p>	

Fonte: Rotina escolar elaborada pela SME de um município cearense (05/2022)

Na SEMANA 01, a rotina orienta como o professor deve trabalhar o gênero de texto teatral. Para isso, o professor deve seguir as recomendações do livro, a saber: ler, estudar, desvendar e compreender o funcionamento do texto. Para agilizar o trabalho, o professor deve solicitar aos estudantes que copiem somente as respostas e, em seguida, corrija-las.

Constatamos que não há margem nesta semana para que o professor possa pensar o trabalho com o texto teatral de modo autêntico por meio de uma encenação, por exemplo, que aborde uma problemática social proposta pela classe ou pela comunidade escolar. O texto aparece para ser dissecado parte por parte sem admitir uma interferência do docente no que diz respeito à experiência autêntica dos estudantes de modo a entender o gênero teatral como uma forma de ação social (BAZERMAN, 2006).

Observamos, pois, que nessa semana o professor deve levar seu aluno a adquirir a competência de identificação dos componentes do texto teatral como personagem, ato,

cena, indicações cênicas, estrutura do texto, elementos da narrativa. Seguindo, assim, parcialmente o que foi proposto no programa curricular do mês, pois não há presença aqui de uma prática autêntica com o texto teatral, ou seja, os alunos não são convidados a encenarem, criarem textos teatrais, mas apenas identificarem elementos de sua superfície.

Na SEMANA 02, o professor deve iniciar os trabalhos estudando o conceito de “advérbio” presente no livro. Em seguida, é informado que será preciso trabalhar uma temática ligada às práticas corporais de atividade física e de lazer na escola. Entendemos que isso é algo valioso e rico a ser tratado nas aulas, não somente com palestras conforme indicado no roteiro. Essa temática, a título de exemplificação, poderia servir de estímulo, por exemplo, para a construção de textos teatrais, realizando, assim, um trabalho real com a linguagem em um contexto de enunciação (COSTA, 2019).

Ainda nessa semana, no entanto, a secretaria recomenda que o material voltado para resolução de questões denominado “Redescobrimo todo dia do MAIS PAIC³ⁱ” seja usado para reforçar o aprendizado das habilidades necessárias do ano. Por mais que algo diferente da rotina escolar surja, o professor não deve deixar de seguir o recomendado. Nota-se, por conseguinte, o interesse em primeiro plano da possível aquisição das habilidades pelos alunos, uma vez que não há uma sistematização de como deve ser trabalhada a temática em questão.

Na SEMANA 03, a orientação é que o docente dê continuidade ao assunto “Advérbio”, porém com a observação de focar nas questões mais relevantes. Não há, destarte, uma atenção com a abordagem qualitativa do assunto com base no texto teatral, mas somente a preocupação em dizer aos professores para selecionar questões “de maior relevância” a fim de não perder tempo em sala de aula.

A recomendação seguinte trata do projeto “Avalia Brasil⁴ⁱ”, o professor é orientado a explorar o aspecto de procedimento de leitura por meio de atividade. Algo que chama atenção nessa semana, é o emprego da palavra “fixando”, presente no material escolar, termo que vai ao encontro da prática do instrucionismo, da aula reprodutiva (DEMO, 2015). Não que a fixação do conhecimento seja algo ruim em si – ela é necessária para consolidação e construção do conhecimento – mas, pelo que vem sendo recomendado no roteiro escolar, basicamente as aulas de Língua Portuguesa se resumem a fazer os alunos fixarem as habilidades necessárias para empregarem no momento da avaliação escolar,

Língua Portuguesa e BNCC: um olhar crítico sobre a rotina escolar como orientação ao professor

estadual, nacional e internacional. Isso é confirmado pela ênfase dada ao final da semana: “D4 – inferir uma informação implícita em um texto”. Ou seja, o professor não pode esquecer de trabalhar esse descritor. Logo, é preciso treinar os alunos.

As orientações da SEMANA 04 se assemelham às dadas anteriormente, a diferença é que o centro da atenção é outro descritor: “D6 – Identificar o tema de um texto”. O professor deve dar continuidade ao material didático “Avalia Brasil”, agora na unidade 4, ainda com ênfase no procedimento de leitura. Isso revela, pois, que, nessa semana, o objetivo de ensino mostra-se em congruência com o propósito do ensino das habilidades por meio dos descritores, indo ao encontro aos achados de Spring (2018) e Freitas (2018).

Por fim, na última semana, o docente pode fazer três ações que julgar necessário para aprimorar o conhecimento do aluno: reforçar conteúdo, aplicar trabalho e/ou avaliar os estudantes. Em nenhum momento é dada a ideia de trabalhar algo sobre gênero teatral de modo autêntico, relacionando-o, por exemplo, com a temática da expressão corporal da atividade física e lazer da escola ou então com outra abordagem relevante à comunidade. Na prática, as temáticas são tratadas superficialmente, cumprindo um papel secundário no processo de instruir, já que o material didático preparatório para as avaliações de larga escala é que ganha relevância e centralidade no trabalho do professor em sala de aula.

5. Considerações finais

Esta pesquisa foi motivada pela necessidade de compreender como o ensino de Língua Portuguesa está sendo conduzido em uma escola de ensino público de um município do estado do Ceará, onde há 10 das melhores escolas públicas do Brasil. Tomando como objeto de investigação a rotina escolar, investigamos de que modo o ensino é conduzido por meio das várias orientações expressas no documento.

Consideramos a rotina escolar como um instrumental significativo na orientação do trabalho docente, no entanto, a nosso ver, ela deve servir como uma bússola aos docentes. Em nossa análise, a rotina escolar indica que ela está voltada exclusivamente para preparar alunos para testes de larga escala. Por mais que inclua algum aspecto de relevância social como a questão da atividade física, por exemplo, a rotina se ancora na perspectiva instrucionista da língua portuguesa, uma vez que privilegia o reforço mecânico das habilidades propugnadas no currículo escolar.

Esta pesquisa mostrou a provável razão pela qual muitos municípios estão formatando seu ensino nas escolas públicas de modo a atender aos resultados dos testes. Atingindo boas notas, estados e municípios passam a ter a oportunidade de fazer financiamento em bancos internacionais (FREITAS, 2018; SPRING, 2018). Isso revela, portanto, uma preocupação muito maior no aspecto econômico do que na formação cidadã dos alunos, no cuidado com o meio ambiente, no zelo pelos direitos humanos e não humanos, na atenção à justiça social e na participação política.

No lugar de promover atividades de linguagem em contextos reais de uso que proporcionem aos estudantes a reflexão, a crítica, o encantamento pela linguagem, a participação estudantil nos problemas comunitários, a BNCC tem servido, em geral, como ponto de apoio pelas secretarias de educação para orientar professores a treinarem seus alunos a fim de tirarem boas notas nos testes de larga escala.

Se a conjuntura econômica força países, estados e municípios a elevarem a educação por meio de notas dos alunos em tais testes, é preciso alertar agentes educacionais, alunos, responsáveis, comunidade escolar e toda população. Educar uma pessoa vai além de fazê-la alcançar uma boa nota em um teste aplicado durante duas ou três horas. Educar implica um compromisso ético que vai além do retorno financeiro preconizados pelas grandes corporações.

Referências

- ANTUNES, I. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola, 2003.
- APPLE, M. W. **Para além da lógica do mercado: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo**. Trad. Gilka L. Garcia, Luciana Ache. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- BAZERMAN, C. **Gêneros, agência e escrita**. Trad. Judith C. Hoffnagel, Angela P. Dionísio. São Paulo: Cortez, 2006.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 10 dez. 2019.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs): terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CEARÁ. Governo do Estado do Ceará/Secretaria de Educação do Estado do Ceará. **Documento Curricular Referencial do Ceará: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Versão Lançamento Virtual (Provisória)**. Fortaleza: SEDUC, 2019. Disponível em:

Língua Portuguesa e BNCC: um olhar crítico sobre a rotina escolar como orientação ao professor

<https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2019/07/DCR-Vers%C3%A3o-Provisoria-de-Lan%C3%A7amento.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2021.

COSTA, M. H. de A. Linguagem como Interlocução e Aprendizagem como Cognição Situada. In: COSTA, M. H. A.; QUEIROZ, A. A.; ALVES, L. E. P. (orgs.) **Texto e Metatexto: aprendendo a viver (n)a complexidade dos eventos textuais**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020, p. 16-29.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMO, P. **Aprender como autor**. São Paulo: Atlas, 2015.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, no. 129, p. 1085-1114, out.-dez., 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/xm7bSyCfyKm64zWGNbdy4Gx/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 20 jul. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GERALDI, J. W. O ensino de língua portuguesa e a Base Nacional Comum Curricular. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 381-396, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>> Acesso em: 30 jun. 2021.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**. Trad. de Mauricio Liesen. Belo Horizonte, MG: Âyiné, 2020.

INGOLD, T. **Antropologia e/ou como educação**. Trad. Vitor Emanuel Santos Lima; Leonardo Rangel dos Reis. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.

MESZÁROS, **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PACHECO, J. **Inovar é assumir um compromisso ético com a educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

RAVITCH, D. **Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação**. Porto Alegre: Sulina: 2011

SPRING, J. **Como as corporações globais querem usar as escolas para moldar o homem para o mercado**. São Paulo: Vide Editorial, 2018.

Notas

1. Não citaremos o município para preservar o corpo técnico educacional da secretaria municipal de educação (SME).
2. <https://sismmac.org.br/ideb-gera-competicacao-entre-municipios-escolas-e-professores/>
3. Material didático preparatório para as avaliações de larga escala.
4. Material didático preparatório para as avaliações de larga escala.

Sobre os autores

Carlos Eduardo Ferreira da Cruz

Graduado em Letras pela Universidade Federal do Ceará (UFC); tem mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (PosLA/UECE). É professor do Curso de Letras e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE/Campus Tabuleiro), desenvolvendo pesquisa em letramentos decoloniais. E-mail: carlos.cruz@ifce.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1314-3169>.

Jean Luis Sousa Caetano Silva

Discente do curso de Letras Português-Inglês (IFCE). E-mail: jean.luis.sousa61@aluno.ifce.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2748-002X>

Eduarda Ferreira Arruda

Discente do curso de Letras Português-Inglês (IFCE). E-mail: eduarda.ferreira.arruda08@aluno.ifce.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7755-8489>.

Recebido em: 02/08/2023

Aceito para publicação em: 09/10/2023